

**A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA EVIDENCIAÇÃO DA
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO BRASIL E NO REINO UNIDO**

ALAN BANDEIRA PINHEIRO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

JOSÉ CARLOS LÁZARO DA SILVA FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL NA EVIDENCIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO BRASIL E NO REINO UNIDO

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a relação entre empresas e consumidores vem se modificando. Nessa perspectiva, as organizações têm dado mais atenção as práticas de responsabilidade social corporativa. Embora uma empresa seja uma instituição que visa o lucro, as grandes empresas exercem uma influência enorme nas ações da sociedade. Elas possuem um significativo poder econômico, financeiro, tecnológico, político e cultural. Dessa forma, elas devem utilizar parte de seus recursos de forma altruísta (ROBERTS, 1992) e contribuir na promoção do desenvolvimento sustentável no planeta (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012).

Consoante Smith e Alexander (2013), em 1977, metade das empresas da lista *Fortune 500* faziam referência a responsabilidade social corporativa em seus relatórios anuais. Já em 1998, 82% das empresas listadas mencionavam as questões de RSC. E em 2006, este percentual subiu para 98%. É observado que os executivos das empresas tem percebido a importância dos benefícios associados as práticas em RSC (BROWER; MAHAJAN, 2013). A revista *The Economist*, em 2008, constatou que 56,2% dos executivos entrevistados em todo o mundo acreditam que a responsabilidade social empresarial tem importância alta ou muito alta.

Diante das pressões institucionais e sociais as firmas tem divulgado suas práticas de responsabilidade social corporativa através dos Relatórios de Sustentabilidade (GRECCO *et al*, 2013). Hoje, esses relatórios são o principal meio de registro do comprometimento com a sociedade e o meio ambiente, ou seja, eles demonstram a extensão das práticas sociais e ambientais da firma (GRECCO *et al.*, 2013; MENG *et al*, 2014). Uma boa parte destes relatórios segue os padrões estabelecidos pela GRI, em que existem critérios e indicadores para se divulgar as informações em RSC.

Nesse sentido, elaborar os Relatórios de Sustentabilidade consiste em prestar contas com as partes interessadas das ações da empresa. As firmas devem evidenciar aos *stakeholders* seus aspectos econômicos, sociais e ambientais, o *Triple Bottom Line*, em direção ao desenvolvimento sustentável. Dessa forma, as diretrizes da GRI são criadas por ONGs, empresas e instituições de todo o mundo com o objetivo de fornecer uma linguagem comum para a *disclosure* de informações e prática de negócios sustentáveis (GRI, 2013). Espera-se que as organizações monitorem seus pontos fortes e fracos em sustentabilidade da mesma forma: com transparência e profissionalismo (GRI, 2013).

Apesar da evidenciação em RSC, através das Diretrizes da GRI, ter se tornado uma prática constante entre as grandes empresas do mundo, essas práticas são diferentes de país para país. As empresas de alguns países tendem a evidenciar mais informações ambientais, enquanto outros tendem a ser mais transparentes em relação aos aspectos sociais ou econômicos. Assim, um número de estudos mostram como as diferenças culturais podem afetar a dinâmica em RSC (JAMALI; MIRSHAK, 2007). Com a mesma visão, Matten e Moon (2008) acreditam que as firmas ao assumir a divulgação em RSC devem levar em consideração os contextos nacionais de cada país.

Segundo Campbell (2006), as diferenças de evidenciação em RSC podem ser explicadas por meio do ambiente institucional de cada país, que é composto por questões

políticas, econômicas, sociológicas, culturais e trabalhistas (PINHEIRO *et al.*, 2016). Assim, o Sistema Nacional de Negócios (SNN) de cada país é útil para o entendimento das ações em RSC de suas empresas, uma vez que ele influencia o sucesso empresarial (MATTEN; MOON, 2008; BROOKES; BREWSTER; WOOD, 2005). As particularidades de cada país, como desenvolvimento econômico, características locais (DELMAS; TOFFEL, 2004), cultura, educação, língua (JOHANSON; VAHLNE, 1977), ajustamento político (BARKEMA; BELL; PENNING, 1996), qualidade de vida da população (BERRY; GUILLÉN; ZHOU, 2010) afetam as decisões gerenciais e definem as estratégias em RSC.

Os estudos de Jamali e Neville (2011) apontam que as práticas de evidenciação em RSC está condicionada ao ambiente institucional do país, através de seu Sistema Nacional de Negócios (SNN). Acredita-se que as nações desenvolvidas têm maior estímulo e pressões dos *stakeholders* para a transparência de suas atitudes sociais e ambientais. As nações desenvolvidas possuem características institucionais mais fortes (WANDERLEY *et al.*, 2008) do que as nações emergentes ou subdesenvolvidas. Nesse pensamento, os países emergentes e subdesenvolvidos possuem fraca promoção do governo à RSC (JAMALI, 2007) e profundos problemas sociais (TEOH; THONG, 1984).

Em termos de estruturação, o trabalho está organizado em cinco seções, partindo desta introdução, seguida pela seção de apresentação do problema de pesquisa e objetivos. Em seguida, é apresentada a fundamentação teórica, com enfoque nos seguintes temas: ambiente institucional, práticas organizacionais, responsabilidade social corporativa e evidenciação em RSC em países emergentes e desenvolvidos. A terceira seção, a discussão, mostra a metodologia de pesquisa utilizada e os dados encontrados. Enquanto que a quarta seção apresenta a conclusão da pesquisa, apresentando as limitações do estudo e propondo sugestões de pesquisas vindouras.

2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Diante desse contexto, o estudo em questão busca compreender, de modo simultâneo, como a influência do ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido pode afetar a *disclosure* em RSC de firmas do setor de utilidade pública. Brammer, Jackson e Matten (2012) acreditam que apesar da RSC ser um tópico difundido na literatura de negócios, o ambiente institucional de atuação das firmas em RSC tem sido negligenciado. Então, o desempenho social corporativo precisa ser entendido de modo multidisciplinar (AGUINIS; GLAVAS, 2012) em relação aos fatores que não são ligados à empresa, mas que a afeta (MAIGNAN; RALSTON, 2002; MARGOLIS; WALSH, 2003).

Acredita-se que a evidenciação de informações em RSC é afetada também por diferentes setores de atuação. Para Clarke e Gibson-Sweet (1999), os setores da indústria ligados com fatores ambientais, como as firmas de fornecimento de energia, saneamento básico, mineração e siderurgia, bem como a indústria do petróleo e gás, de papel e celulose, farmacêutica e química tendem a emitir relatórios de sustentabilidade em detrimento das indústria alimentícia e de higiene pessoal (MICHELON; PILONATO; RICCERI, 2015).

A escolha dos países se justifica, inicialmente, por sua importância na economia global. Atualmente, as empresas dos países emergentes, representados pelos BRICS, competem com os países desenvolvidos por espaço na economia global ao propor uma redução de preços de mercado. Nessa situação, o Brasil é a 9ª maior economia do mundo com base nos dados do Produto Interno Bruto (PIB) e o Reino Unido é a 5ª maior economia. O primeiro país possui

um PIB de US\$ 2,14 trilhões e o segundo de US\$ 2,94 trilhões (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2018).

Apesar da robustez dos seus PIBs, o Brasil e o Reino Unido possuem características distintas quanto ao seu crescimento econômico durante o espaço temporal estudado. Além disso, as diferenças no nível de desenvolvimento socioeconômico entre os países são enormes. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014 o Reino Unido teve um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado, correspondendo a 0.91 (máximo de 1), enquanto o Brasil teve um IDH de 0,75, que é considerado moderado. Segundo o Coeficiente de Gini da ONU, em 2010, o Brasil foi considerado a 14ª nação mais desigual do mundo, enquanto o Reino Unido ocupava a 125ª posição.

As diferenças entre o Brasil e o Reino Unido não se limitam apenas por esses indicadores de desempenho. Deve-se, portanto, entender como seus sistemas político, financeiro, educacional e cultural, isto é, seus Sistemas Nacionais de Negócios (SNN) afetam a extensão da divulgação em RSC em suas empresas do setor de utilidade pública. Dessa forma, os executivos devem entender como a dinâmica do ambiente institucional afeta as práticas organizacionais de sustentabilidade. Diante disto, foi formulada a seguinte pergunta direcionadora da pesquisa: *Qual a influência dos ambientes institucionais do Brasil e do Reino Unido na evidenciação da responsabilidade social corporativa das firmas atuantes no setor de utilidade pública?*

O presente estudo busca analisar e encontrar correlações entre a evidenciação em RSC e o ambiente institucional do Brasil e do Reino Unido. Para que se possa atingir este objetivo geral, o estudo busca comparar as práticas de evidenciação de informações socioambientais no Brasil e no Reino Unido, anatomizar a relação entre divulgação de informações em RSC e a adoção das diretrizes da RSC e descrever as estruturas institucionais que constituem o Sistema Nacional de Negócios do Brasil e do Reino Unido.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção contempla a abordagem teórica necessária para o entendimento do presente estudo, com um enfoque nas seguintes temáticas: ambiente institucional, responsabilidade social corporativa e práticas em RSC em países emergentes e desenvolvidos.

3.1 Ambiente Institucional e as práticas organizacionais

Nos finais do século XIX tem início os estudos acerca da Teoria Institucional no campo das Ciências Sociais. Já no século seguinte, o tema é constante também em outras áreas de estudo, como economia e política, apoiadas nas pesquisas de Westley Mitchel, Emile Durkheim e Max Weber (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Hoje, no século XXI, a Teoria Institucional tem contribuído para os estudos das práticas organizacionais. Entende-se que os resultados organizacionais não são apenas reflexos das capacidades humanas, mas também do contexto econômico e político em que instituições estão instaladas.

Nesse sentido, as instituições são entendidas como regras, normas e rotinas em um meio social (MARCH; OLSEN, 1989; NORTH, 1990; MATTEN; MOON, 2008) que fundamentam os elementos formais. Enquanto que os elementos informais são constituídos pela cultura e fatores comportamentais dos indivíduos (DEEPHOUSE; NEWBURRY; SOLEIMAN, 2016). Assim, as instituições compõem as atividades cognitivas, reguladoras e normativas que fiscaliza os aspectos comportamentais da sociedade (SCOTT, 1995). Durkheim (2002) acrescenta que as instituições possuem valores internalizados.

O efeito do ambiente institucional nas firmas possibilitou observar as organizações por outra vertente, diferente da concepção tradicional. As empresas, na concepção tradicional, acreditavam que seu resultado era o reflexo racional e eficiente dos gestores (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Em contrapartida, hoje, as firmas são julgadas por suas interações políticas, culturais, processos cognitivos e simbólicos (QUINELLO, 2007), uma vez que sua atuação depende das estruturas simbólico-normativas de um contexto de referência (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005). Dessa maneira, o ambiente institucional atua nos fatores organizacionais (MEYER; ROWAN, 1977; DIMAGGIO; POWELL, 1983; SCOTT, 1987).

Diante disso, as organizações têm atuado em Campos Organizacionais diversos (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Assim, cabe o entendimento dos diferentes fornecedores, consumidores, agências reguladoras e concorrentes para cada Campo Organizacional. Greenwood *et al.* (2008) dedica-se aos estudos *cross-national*, isto é, o entendimento das firmas dentro de diferentes Campos Organizacionais em diferentes países. É entendido que cada país possui uma cultura única e isso afeta suas práticas organizacionais.

De fato, as organizações atuam em Campos Organizacionais diferentes, entretanto elas recorrem ao processo de isomorfismo institucional (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Esse processo corresponde a capacidade de mudança da firma para atender as características do ambiente institucional que ela atua. Como resultado, garantir a sua sobrevivência e obedecer as pressões isomórficas de cada sociedade (DELMAS, 2002; TEMPEL; WALGENBACH, 2007). Uma das pressões isomórficas presente no contexto empresarial é a transparência em responsabilidade social corporativa (RSC). Então, as firmas têm se esforçado para a adoção da evidenciação em RSC através de suas políticas estratégicas de sustentabilidade.

3.2 Evolução dos esforços empresariais em Responsabilidade Social Corporativa

As organizações, que em outrora, foram instituições voltadas essencialmente para o lucro, passam a refletir sobre os impactos de sua atuação na sociedade (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2012). Diante desse contexto, muitas empresas possuem poder econômico maior do que alguns países e suas decisões impactam significativamente o meio ambiente (OLIVEIRA, 2013). Por isso, as empresas precisam adotar práticas de responsabilidade social corporativa para cumprir com as obrigações legais e de altruísmo social.

Diversos autores tem contribuído para a evolução do conceito de RSC, entre eles Bowen (1953) com o livro de título “Responsabilidades Sociais do homem de negócios”, e por conseguinte, os estudos de Davis (1960), Carroll (1979), Freeman (1984) e Jones (1995). A RSC reúne preocupações econômicas, legais, éticas e discricionárias (CARROLL, 1979) para promover o desenvolvimento sustentável (JAMALI; MIRSHAK, 2007), atendendo as partes interessadas na atuação da firma (FREEMAN, 2010). No entanto, é diagnosticado que a RSC não é uma atividade de filantropia, mas sim uma parte estratégica da empresa.

O modelo da RSC foi proposto por Carroll (1979), mas vem sofrendo mudanças nos últimos anos por Wartick e Cochran (1985) e Wood (1991). Este modelo de Carroll (1979) e Schwartz e Carroll (2003) apresenta o aspecto tridimensional da RSC: o domínio ético, o domínio legal e o domínio econômico. O domínio ético representa o comportamento que a sociedade espera da empresa, o domínio legal representa o cumprimento das legislações e normais e o domínio econômico é a finalidade da empresa, ou seja, garantir sua continuidade (CARROLL, 1979).

Em vista disso, é verificado a importância dos esforços empresariais para garantir a completude do modelo tridimensional da RSC. Existem cinco modos da empresa atuar em

RSC (EUROPEAN COMMISSION, 2004), entre eles a divulgação dos relatórios com práticas em RSC. Assim, aumenta as pressões para que as firmas publiquem suas condutas e conquistas em práticas sustentáveis (GRECCO *et al.*, 2013). Para Oliveira (2013), a interação entre firma e *stakeholders* se faz por suas estratégias de comunicação, uma dessas é o relatório de sustentabilidade.

Nos últimos anos, o volume de relatórios divulgados pelas empresas tem aumentado. Os relatórios tem tido maior qualidade nas informações com gráficos incrementais e informações qualitativas (WALLER; LANIS, 2009). Eles funcionam como uma prestação de contas no âmbito socioambiental aos *stakeholders* (GRAY; HOURY; LAVERS, 1995; WALLER; LANIS, 2009). Entende-se também que esses documentos sustentam estruturas ideológicas, em que a empresa acredita. Gamerschlag, Möller e Verbeeten (2011) e Pinheiro *et al.* (2016) acrescentam a importância dessa transparência para a estrutura acionária.

Não existe uma estrutura fixa para a evidenciação em RSC através dos relatórios. No entanto, os relatórios que seguem as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) vêm se tornando frequente no mundo corporativo desde 1980 (OLIVEIRA, 2013). Estudos como o de Soares *et al.* (2016) mostram uma relação estatisticamente positiva entre a divulgação pela GRI e a melhor qualidade da informação em RSC. Outros estudos acompanham a tendência de avaliar a qualidade da divulgação em RSC, como Cardoso, De Luca e Gallon (2014), Almeida *et al.* (2015), Pinheiro *et al.* (2016).

O GRI apresenta diretrizes a serem seguidas pela empresa no momento da divulgação em RSC. Seu formato busca contemplar as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental através de seus indicadores (MONEVA; ARCHEL; CORREA, 2006). Como apresentado, diversos estudos mostram a relação da publicação segundo a GRI e o desempenho social corporativo. Entretanto, outro aspecto influencia o desempenho em RSC da firma: o Ambiente Institucional. Assim, o perfil do país é um fator explicativo para as diferenças entre práticas de RSC (GJØLBERG, 2009).

3.3 Influência do ambiente institucional na evidenciação em RSC em países emergentes e desenvolvidos

Desde 1970, estudiosos tem pesquisado sobre que fatores podem determinar a atuação da empresa em RSC. No entanto, esses fatores foram, especialmente, internos à organização, como tamanho, setor de atuação, endividamento e *book-to-market* (FIFKA, 2013). Então, já que as empresas atuam em diversos Campos Organizacionais (DIMAGGIO e POWELL, 1983), deve-se compreender a influência dos fatores externos, ligados ao ambiente institucional de cada país, em relação as práticas de responsabilidade social corporativa.

Nessa perspectiva, Campbell (2006) assume que as instituições nacionais são responsáveis pelas diferenças transacionais nas atitudes em RSC. Assim, as práticas de RSC podem ser comparadas em um contexto nacional, cultural e institucional (MATTEN; MOON, 2008) de países emergentes e desenvolvidos. Entende-se que ambientes mais regulamentados, como o dos países desenvolvidos, as firmas sejam motivadas a realizar uma divulgação maior em RSC.

Consoante Scott (2008), as práticas em RSC pode não parecer significativas a curto prazo, mas a longo prazo a RSC tem efeitos em muitas áreas de uma organização. Nos países desenvolvidos existem reivindicações sobre as práticas trabalhistas e proteção ambiental por parte dos *stakeholders*. Já para os países em desenvolvimento, as ações em RSC estão voltadas para a reputação da marca. Uma pesquisa realizada pelo *Corporate Social Responsibility Monitor* (2001) mostra que países como o Reino Unido e o Canadá tem

demonstrado uma postura condizente em RSC. A pesquisa também observou que o Brasil e a Índia possuem demandas atenuadas para a RSC.

Além disso, esta mesma pesquisa revelou que em países desenvolvidos os consumidores se sentem fortes para boicotar uma marca por anos, já nos países em desenvolvimento a ação mais contundente, quando insatisfeitos com suas práticas ambientais, é a crítica nas suas relações sociais. Os estudos de Gunnarsson (1991) explicam que nos países em desenvolvimento os atores são excluídos dos grandes setores da sociedade. Diante disso, as pessoas têm menos oportunidades sobre as decisões do ambiente institucional do país.

Jamali e Neville (2011) acredita que embora as práticas de responsabilidade social corporativa sejam diferentes em cada país, as práticas em sustentabilidade tem aumentado nas empresas, seja de países emergentes ou desenvolvidos. Os autores constataram também que as ações em RSC em países subdesenvolvidos são motivadas por questões altruístas de cunho religioso. Diante disso, pode-se inferir a interferência de aspectos culturais na *disclosure* de RSC.

As preocupações com as práticas ambientais são mais evidentes em países com o menor nível de corrupção. A corrupção no Brasil é uma problemática sistêmica, que dificulta o desenvolvimento social, ambiental e econômico (FUNDERBURK, 2012). Ioannou e Serafeim (2012) acreditam que países com elevados níveis de corrupção e baixos níveis de transparência têm a maior possibilidade de suas empresas agirem com antiética. Dessa maneira, apresenta-se como a primeira hipótese de pesquisa:

H1: A evidenciação em RSC está positivamente relacionada com o controle da corrupção por parte dos países.

A *disclosure* em RSC é maior em países que dependem prioritariamente do financiamento empresarial através do mercado de ações do que países que recorrem aos financiamento bancário (BALL, 1995; NOBES, 1998). Os estudos de Yang, Graig e Farley (2015) mostram que a evidenciação em RSC de algumas empresas chinesas foi aumentada após o lançamento delas no mercado de ações de Xangai. Entende-se que as informações de RSC podem apresentar uma maior transparência aos *stakeholders*, bem como reduz o custo de capital das empresas. Depreende-se, portanto, que:

H2: A facilidade de acesso ao crédito de um país está positivamente relacionado com a sua evidenciação social e ambiental.

A educação pode interferir nas práticas de RSC a medida que investidores com maior nível de educação são mais conscientes dos impactos ambientais. O estudo de Huang (2013) mostra uma relação positiva entre a especialização educacional dos gestores estratégicos e o desempenho social corporativo da empresa. Na mesma linha de pensamento, Greening e Turban (2000) acreditam que investir em ações de RSC é uma forma de atrair mão de obra qualificada. Assim, a pesquisa comprovará se:

H3: A qualidade do Sistema de Educação de um país está relacionado positivamente com a extensão da divulgação em RSC.

As firmas serão mais responsáveis ambientalmente se fizerem parte de sindicatos ou associações de empregados (CAMPBELL, 2007). Ioannou e Sarafeim (2012) argumentam que a existência de maior sindicatos pode favorecer mais benefícios trabalhistas aos empregados. Dessa forma, as empresas estariam mais engajadas com aspectos sociais, o que influenciaria nas ações em RSC. Os autores também acreditam que os sindicatos podem

favorecer a existência de um canal de comunicação entre a firma e os colaboradores. Diante disso, é possível extrair a quarta hipótese de estudo:

H4: O disclosure em RSC é influenciado positivamente pela maior qualidade das relações trabalhistas.

4 DISCUSSÃO

Na primeira parte desta seção é evidenciado os procedimentos metodológicos utilizados para viabilizar esta pesquisa. Já a segunda parte, apresenta os resultados obtidos.

4.1 Procedimentos metodológicos

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e correlacional, uma vez que são detalhadas as características de uma população, sem a tentativa de explicação causa-efeito, através da relação entre as variáveis (GRAY, 2012; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A pesquisa descritiva mede e coleta informações acerca das características, propriedades ou comportamentos dos fenômenos (COLLIS; HUSSEY, 2005). Quanto aos meios, a pesquisa é bibliográfica, pois são utilizados os relatórios de sustentabilidade e os relatórios anuais das empresas, disponibilizados em suas *webpages*, para a coleta de dados secundários.

Como população da pesquisa considerou, inicialmente, todas as empresas de capital aberto negociadas nas bolsas de valores do Brasil (BM&F Bovespa) e do Reino Unido (*London Stock Exchange - LSE*), entre o período de 2007 e 2016. Dessa população foram selecionadas as empresas destes dois países que estavam presentes na lista da *Forbes 2000*, publicada no ano de 2008 (com dados referentes ao ano de 2007). A partir desta seleção, selecionou-se as empresas dos setores de utilidade pública, sendo 6 empresas brasileiras e 6 empresas britânicas. As empresas brasileiras foram Cemig, CESP, Copel, CPFL Energia, Eletrobrás e Sabesp. Já as britânicas foram Centrica, Drax Group, National Grid, Scottish & Southern, Severn Trent, United Utilities.

As variáveis dependentes utilizadas foram a dimensão ambiental (DA) e a dimensão social (DS), que juntas compõem o desempenho social corporativo (DSC). A mensuração do desempenho social corporativo (DSC) das empresas seguiu a metodologia proposta por Fischer e Sawczyn (2013). Os autores propõem que a partir da divulgação de relatórios seguindo as Diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* se avalie os indicadores ambientais e sociais. Dessa forma, a dimensão ambiental (DA) avalia aspectos como consumo de energia, descarga de água, emissão de gases e resíduos. Já a dimensão social (DS) avalia dentre outros aspectos, as questões de direitos humanos e práticas trabalhistas.

Suportados por evidências de outros estudos como Dye (1985), Li *et al.* (1997) e Pinheiro *et al.* (2016), espera-se que as empresas com melhores práticas de sustentabilidade evidencie melhor suas informações através dos relatórios anuais e, por consequência, obtenha melhor desempenho social corporativo (DSC). Em contrapartida, empresas com piores práticas em RSC não conseguem imitar ou mesmo atingir seu nível de divulgação (SOARES *et al.*, 2018).

Nesse contexto, Fischer e Sawczyn (2013) estabelecem 15 indicadores ambientais e 16 indicadores sociais a ser avaliados em cada relatório de sustentabilidade. Os autores apontam que esses 31 indicadores são adequados para medir o nível de evidenciação em RSC em uma empresa. Diante disso, o DSC de uma empresa é medido pela qualidade da informação divulgada, especialmente as informações do tipo *search*, que são aquelas informações socioambientais apresentadas em indicadores (COMYNS *et al.*, 2013).

As variáveis independentes que serão utilizadas são as características dos ambientes institucionais do Brasil e do Reino Unido. Para isso, serão utilizadas variáveis do Sistema Nacional de Negócios dos dois países: transparência da corrupção, acesso ao crédito por parte dos países, sistema educacional de qualidade e relações trabalhistas. Não foi utilizado nenhuma variável de controle, uma vez que o estudo trabalha com apenas um setor da indústria.

Após a sua coleta, os dados foram submetidos à estatística descritiva e inferencial com o auxílio dos *softwares Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 22 e R Studio versão 3.2.3 (através do R Commander)* para obter as tendências gerais da amostra. Além disso, a relação entre as variáveis dependentes e independentes analisadas é apresentada em regressão linear de dados em painel nesse artigo.

4.2 Resultados obtidos

Primeiramente, é feita uma análise descritiva e inferencial, com o objetivo de conhecer melhor a amostra do estudo. Inicia-se a análise das variáveis, pelo grupo das variáveis independentes. No que tange ao desempenho social corporativo (DSC), os valores encontrados para a mediana apontam que o grupo de empresas britânicas apresentam uma pontuação maior que as empresas brasileiras, exceto para o ano de 2013. Neste ano, as empresas brasileiras possuíram uma mediana de 0,177, enquanto as empresas britânicas apresentaram 0,172 para o valor da mediana.

Para os valores encontrados para a média, é evidenciado que as empresas do Reino Unido divulgaram mais informações de seus desempenhos socioambiental do que as brasileiras. Em todos os anos pesquisados, as empresas britânicas foram superiores a nível de evidenciação socioambiental que as brasileiras. Ainda para a média, é encontrado que as empresas brasileiras oscilam muito na divulgação em RSC, já para as empresas do Reino Unido possuem uma maior estabilidade na divulgação. Além disso, é possível inferir que para a amostra em análise, as empresas britânicas vêm evidenciando menos informações em RSC desde 2012, um ano depois da Crise da Zona do Euro, em 2011. Em média, o ano que as empresas brasileiras mais divulgaram informações em RSC foi 2014, enquanto que para o Reino Unido foi 2010.

Ao analisar os valores de mínimo, é diagnosticado que de 2007 a 2009 existiu empresas do Brasil que não divulgou informações de sustentabilidade adequadamente, consoante a metodologia de Fisher e Sawczyn (2013) para a coleta de dados. Isso, não é constatado para as empresas britânicas, isto é, nenhuma delas deixou de pontuar durante os anos de 2007, 2008 e 2009. Ademais, pode-se constatar que os desvios padrão das empresas britânicas é sempre menor que os desvios das empresas brasileiras. Dessa maneira, existe uma menor variabilidade nas empresas do Reino Unido, ou seja, há uma maior concentração em torno da média por parte das empresas britânicas, o que pode ser traduzido como a existência de um ambiente institucional mais bem definido e regularizado quanto as práticas de responsabilidade social corporativa. O quadro 1 mostra os valores comparativos para ambos os países analisados.

Quadro 1 – Comparação da DSC entre Brasil e Reino Unido

Ano	Brasil					Reino Unido				
	Média	Desvio	Mínimo	Mediana	Máximo	Média	Desvio	Mínimo	Mediana	Máximo
2007	0,089	0,065	0,000	0,097	0,188	0,180	0,022	0,156	0,177	0,215
2008	0,108	0,073	0,000	0,129	0,177	0,206	0,013	0,188	0,204	0,226

2009	0,092	0,076	0,000	0,078	0,199	0,201	0,025	0,172	0,196	0,237
2010	0,148	0,057	0,038	0,159	0,199	0,211	0,016	0,194	0,212	0,231
2011	0,151	0,055	0,043	0,175	0,188	0,197	0,026	0,156	0,202	0,231
2012	0,141	0,053	0,038	0,167	0,172	0,184	0,031	0,134	0,196	0,215
2013	0,151	0,058	0,038	0,177	0,188	0,179	0,022	0,151	0,172	0,215
2014	0,159	0,074	0,038	0,159	0,263	0,183	0,011	0,167	0,183	0,199
2015	0,122	0,052	0,032	0,134	0,177	0,174	0,010	0,161	0,172	0,188
2016	0,128	0,046	0,043	0,132	0,183	0,177	0,017	0,151	0,177	0,204

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

O grupo das variáveis independentes é constituído pelos fatores institucionais dos países analisados. O quadro 2 mostra os valores de cada um dos indicadores pesquisados. O fator utilizado para o ambiente educacional foi a qualidade do sistema educacional dos países do Fórum Econômico Mundial. Para o ambiente trabalhista foi escolhido o indicador que mede a qualidade das relações entre empresas e seus colaboradores. Para representar o ambiente político foi coletado os dados da Transparência de Corrupção e, por fim, o ambiente financeiro é medido pela facilidade que as empresas dos países tem para se financiar, isto é, o acesso ao crédito.

Quadro 2 – Evolução dos fatores institucionais na década analisada

Indicador	País	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Qualidade do sistema educacional	Brasil	2,5	2,7	3	3,1	3	3	3	2,7	2,4	2,6
	Reino Unido	4,5	4,6	4,6	4,7	4,8	4,7	4,6	4,6	4,7	4,8
Cooperação entre empregado e empregador	Brasil	4,2	4,3	4,2	4,1	4,2	4,3	4,1	3,7	3,6	3,8
	Reino Unido	5,4	4,9	5	5	5	5	5	5,1	5,2	5,4
Transparência da Corrupção	Brasil	3,5	3,5	3,7	3,7	3,8	4,3	4,2	4,3	3,8	4
	Reino Unido	8,4	7,7	7,7	7,6	7,8	7,4	7,6	7,8	8,1	8,1
Facilidade de acesso ao crédito	Brasil	2,9	3,2	3	2,8	3,1	3,1	2,9	2,7	2,7	3,6
	Reino Unido	5,5	4,8	3,2	2,7	3	3,1	2,7	2,7	2,7	4,3

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Acerca da qualidade do sistema educacional, é visto que o Brasil evoluiu positivamente durante os anos de 2007 a 2011, com uma estabilização nos anos de 2012 e 2013 e uma queda desse indicador nos anos de 2014 e 2015. Em 2016, o país tem uma recuperação em relação ao ano anterior, porém o ano de 2016 não foi o melhor momento da faixa temporal analisada. Para o Reino Unido, o indicador da qualidade do sistema de educação foi crescente de 2007 a 2011. Em 2012 e 2013, ele apresenta uma queda em relação ao ano anterior e a partir de 2014 a 2016 começa o crescimento positivo novamente.

Para o indicador que mede a relação saudável entre empregado e empregador, os dados apontam que o Brasil foi instável durante a década analisada. Isso quer dizer que, existiram diversas oscilações durante os anos. A oscilação mais significativa ocorreu de 2013 a 2014, quando em 2014 o indicador foi 10% menor que em 2013. Embora o indicador tenha se posicionado de modo decrescente de 2014 a 2015, em 2016 o valor é crescente. Quando se analisa os dados para o Reino Unido, observa-se que existe uma queda de 9,2% de 2007 a 2008, o ano da crise econômica mundial. De 2009 até 2013 as relações trabalhistas se mantiveram constantes, nem pioraram, nem avançaram. A partir do ano de 2014, o indicador começa a apresentar resultados positivos em relação ao ano anterior.

Verificando o indicador da Transparência em Corrupção, os dados apontam que o Reino Unido é mais transparente do que o Brasil. E que, em geral, as empresas brasileiras são mais antiéticas do que as britânicas. Embora, o Brasil tenha evoluído ao longo dos anos nesse indicador, é diagnosticado que o país precisa ser mais transparente. De 2014 a 2015, o Brasil apresentou um decréscimo nesse indicador. Vale ressaltar que 2015 foi revelado ao mundo o escândalo de corrupção na empresa Petrobrás, a maior empresa do país. O Reino Unido vem se posicionando melhor que o Brasil para o indicador, porém com muitas oscilações durante os anos analisados. O indicador se mantém constante para os dois últimos anos: 2015 e 2016.

Para a análise do sistema financeiro dos países foi utilizada a variável que mede a facilidade de acesso ao crédito das empresas. Os dados revelam que para o indicador as empresas britânicas, em geral, possuem maior facilidade de acesso ao crédito que as brasileiras. No entanto, curiosamente, durante os anos de 2010, 2011 e 2013 o Brasil se posicionou melhor do que o Reino Unido. Esse indicador é bastante volátil para o Brasil, porém ao se comparar 2007 a 2016, o acesso ao crédito no Brasil melhorou em cerca de 24%. Já para o Reino Unido, o valor foi decrescente, uma vez que em 2007 o valor era de 5,5, enquanto que em 2016 de 4,3.

A relação entre os fatores institucionais e o desempenho social corporativo (DSC), o desempenho ambiental (DA) e o desempenho social (DS) foi investigada por meio de regressão múltipla de dados em painel. O quadro 3 apresenta os resultados obtidos.

Quadro 3 – Regressão de dados em painel para associação das variáveis

	Brasil			Reino Unido			Geral		
	DSC	DA	DS	DSC	DA	DS	DSC	DA	DS
EDUCAT	0,161	0,078	0,231	0,010	-0,840	0,130	0,560	0,233	0,233
TRABAL	-0,106	-0,185	-0,008	-0,364	-0,270	-0,205	0,461	0,163	0,163
POLITC	0,280	0,276	0,249	-0,260	-0,179	-0,166	0,556	0,211	0,211
FINANC	-0,650	-0,104	-0,014	-0,012	0,041	-0,074	0,157	0,031	0,031
R ²	0,026	0,006	0,530	0,000	0,007	0,017	0,313	0,540	0,054
R ² ajustado	0,009	-0,011	0,037	-0,017	-0,010	0,000	0,307	0,460	0,046

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Os dados obtidos apontam para a existência de uma relação estatisticamente positiva entre o ambiente institucional de um país e a relação com a sustentabilidade por parte de suas firmas. O estudo de Soares *et al.* (2018) também aponta para uma correlação positiva. Os

dados gerais mostram que para o sistema educacional há uma influência positiva e significativa a 56% em relação ao desempenho social corporativo (DSC).

Para o sistema de trabalho, existe uma correlação de 46,1 % entre a divulgação em RSC e uma melhor relação trabalhista. Os dados também apresentam uma relação positiva de 55,6% entre um sistema político mais transparente e um comprometimento maior em ações sustentáveis nas organizações. Já para o sistema financeiro, os dados mostram também uma relação significativa de 15,7%. Isso quer dizer que, quanto maior o acesso à crédito, mais as empresas podem propor ações de responsabilidade social corporativa.

5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa examinou a influência das características institucionais de um país emergente, o Brasil, e um país desenvolvido, o Reino Unido, e como este ambiente institucional pode interferir nas práticas de responsabilidade social corporativa de suas firmas. O estudo constatou uma relação positiva entre o ambiente institucional de um país e as práticas de sustentabilidade de suas empresas. Dessa maneira, pode-se concluir que um país, no qual seu Sistema Nacional de Negócios (SNN) é melhor, mais rígido e regulamentado, as suas empresas têm mais oportunidades de agir para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Além disso, é percebido que em países desenvolvidos, como o Reino Unido, existem maiores pressões sociais e institucionais, para que as firmas sejam mais sustentáveis e transparentes. Para atingir os objetivos propostos pelo estudo, buscou-se avaliar o desempenho social corporativo (DSC) a partir da coleta de dados secundários dos relatórios de sustentabilidade da amostra. Então, foram avaliados 31 indicadores da GRI, atribuído a eles uma nota de 0 a 6, consoante a metodologia de Fischer e Sawczyn (2013).

Para compreender o ambiente institucional dos países, foram coletadas variáveis da *webpage* do Banco Mundial, do Fórum Econômico Mundial e da Transparência Internacional. Outrossim, pesquisou-se na literatura como o Sistema de Negócios Nacional (SNN) poderia interferir nas práticas de RSC das firmas. Os dados evidenciaram que o ambiente institucional do Reino Unido é superior ao do Brasil, em relação aos indicadores estudados. As análises estatísticas realizadas com o suporte dos *softwares* SPSS e R apontam que existe uma relação positiva entre ambiente institucional e a divulgação de informações em RSC.

O estudo presente contribui para a literatura de responsabilidade social corporativa, dialogando com estudos anteriores realizados no mundo que comparam países emergentes e desenvolvidos, como o de Baughn, Bodie e McIntosh (2007), Matten e Moon (2008), Tang e Li (2009), Jamali e Neville (2011), Ali e Rizwan (2013), Deephouse, Newburry e Soleimani (2016) e Pinheiro *et al.*(2016). A pesquisa também inova nas técnicas estatísticas multivariadas empregadas para a apresentação dos dados.

Não obstante, como limitações da pesquisa, pode ser citado a análise de apenas um setor de atuação, o de utilidade pública. Para isso, espera-se que futuras pesquisas avaliem outros setores de atuação, bem como outros países. Por fim, sugere-se a utilização de outros indicadores para analisar os ambientes institucionais dos países e as motivações que levam uma organização a divulgar as informações seguindo as diretrizes da GRI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINIS, H.; GLAVAS, A. What we know and don't know about corporate social responsibility: a review and research agenda. **Journal of Management**, v. 38, n. 4, p. 932-968, 2012.

- ALI, W.; RIZWAN, M.. Factors influencing corporate social and environmental disclosure (CSED) practices in the developing countries: an institutional theoretical perspective. **International Journal of Asian Social Science**, v. 3, n. 3, p. 590-609, 2013.
- ALMEIDA, T. A.; SANTOS, L. M. F. D.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M. D.; PESSOA, M. N. M. Estrutura de Propriedade e Disclosure Econômico e Socioambiental nas Maiores Empresas do Brasil . **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 9, n. 4, p. 362-379, 2015.
- BALL, R.. Making accounting more international: why, how and how far will it go. **Journal of Applied Corporate Finance**, v. 8, n. 3, p. 19–29, 1995.
- BANCO MUNDIAL. **GDP at market prices (current US\$)**. World Bank National Account Data. Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 04/05/2018.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRAS, J. E. R..**Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2.ed., 2012.
- BARKEMA, H. G.; BELL, J. HJ; PENNING, J. M. Foreign entry, cultural barriers, and learning. **Strategic Management Journal**, v. 17, n. 2, p. 151-166, 1996.
- BAUGHN, C. C., BODIE, N. L. D., McINTOSH, J. C. Corporate social and environmental responsibility in asian countries and other geographical regions. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, 14(4), 189-205. 2007.
- BERRY, H.; GUILLÉN, M. F.; ZHOU, N. An institutional approach to cross-national distance. **Journal of International Business Studies**, v. 41, n. 9, p. 1460-1480, 2010.
- BRAMMER, S.; JACKSON, G.; MATTEN, D. Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 1, p. 3–28, 2012.
- BRANCO, M. C.; RODRIGUES, L. L..Factors influencing social responsibility disclosure by Portuguese companies. **Journal of Business Ethics**, v. 83, p. 685–701, 2008.
- BROOKES, M.; BREWSTER, C.; WOOD, G. Social relations, firms and society: a study of institutional embeddedness. **International Sociology**, v.20, n.4, p.403-426, 2005.
- BROWER, J.; MAHAJAN, V. Driven to be good: a stakeholder theory perspective on the drivers of corporate social performance. **Journal of Business Ethics**, v. 117, p. 313-331, 2013.
- CAMPBELL, J. L.. Institutional analysis and the paradox of corporate social responsibility. **American Behavioral Scientist**, v. 49, n. 7, p. 925-938, 2006.
- CARDOSO, V. I. C.; LUCA, M. M. M.; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 17, n. 2, p. 26-25, 2014.
- CARROLL, A. B.. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v.4, n.4, p.497-505, out, 1979.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional**. Recife: EDUFEPE, 2003.

- CLARKE, J.; GIBSON, S. M. The use of corporate social disclosures in the management of reputation and legitimacy: a cross sectoral analysis of UK Top 100 Companies. **Business Ethics: A European Review**, v. 8, n. 1, p. 5-13, 1999.
- COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e de pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- COMYNS, B.; FIGGE, F.; HAHN, T.; BARKEMEYER, R. Sustainability reporting: the role of search, experiente and credence information. **Accounting Forum**, v. 37, p. 231-243, 2013.
- CORPORATE SOCIAL RESPONSABILITY MONITOR. **Executive report**. Babson Park: Babson College., 2001.
- DAVIS, K. Can business afford to ignore social responsibilities? **California Management Review**, v. 2, n. 3, p. 70, 1960.
- DEEPHOUSE, D. L.; NEWBURRY, W.; SOLEIMANI, A. The effects of institutional development and national culture on cross-national differences in corporate reputation. **Journal of World Business**. v.51. n. 3, p.463-473, 2016.
- DELMAS, M. A.. The diffusion of environmental management standards in Europe and in the United States: an institutional perspective. **Policy Sciences**, v. 35, p. 91-119, 2002.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W.. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147-160, 1983.
- DURKHEIM, E. **La educación moral**. Madrid: Ediciones Morata, 2002.
- DYE, R.A. Disclosure of Non-Proprietary Information. **Journal of Accounting Research**, n. 23, p. 123-145, 1985.
- EUROPEAN COMMISSION. **ABC of the main instruments of Corporate Social Responsibility**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2004.
- FIFKA, M. S.. Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: a review of the empirical literature and a meta-analysis. **Business Strategy and the Environment**, v. 22, n.1,p. 1-35, 2013.
- FISCHER, T. M.; SAWCZYN, A. A.. The relationship between corporate social performance and corporate financial performance and the role of innovation: evidence from German listed firms. **Journal of Management Control**, v. 24, n. 1, p. 27–52, 2013.
- FORBES. **The world's biggest companies**. Special report the global 2000. Disponível em: <http://www.forbes.com/lists/2008/18/biz_2000global08_The-Global-2000_Counrty.html>. Acesso em: 25/03/2018.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Competitiveness Index (GCI)**. Disponível em: <<http://www3.weforum.org/docs/GCR2017-2018/05FullReport/TheGlobalCompetitivenessReport2017%E2%80%932018.pdf>>. Acesso em 02/07/2018.
- FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge University Press, 2010.
- _____. **Strategic management: A stakeholder perspective**. Boston: Pitman, 1984.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic**. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/07/02/world-economic-outlook-update-july-2018>>. Acesso em 02/07/2018.

GAMERSCHLAG, R.; MÖLLER, K.; VERBEETEN, F. Determinants of voluntary CSR disclosure: empirical evidence from Germany. **Review of Managerial Science**, v. 5, n. 2-3, p. 233-262, 2011.

GJØLBERG, M. Measuring the immeasurable?: Constructing an index of CSR practices and CSR performance in 20 countries. **Scandinavian Journal of Management**, v. 25, n. 1, p. 10-22, 2009.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A.. **Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, p. 23-35, 2005.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GRAY, R.; KOUHY, R.; LAVERS, S. Corporate social and environmental reporting: a review of the literature and a longitudinal study of UK disclosure. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 8, n. 2, p. 47-77, 1995.

GRECCO, M. C.; M. FILHO, M. A.; SEGURA, L.; SANCHEZ, I. M.; DOMINGUEZ, L. The voluntary disclosure of sustainable information: a comparative analysis of Spanish and Brazilian companies. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 17, p. 45-55, 2013.

GREENING, D. W.; TURBAN, D. B. Corporate social performance as a competitive advantage in attracting a quality workforce. **Business & Society**, v. 39, n. 3, p. 254-280, 2000.

GREENWOOD, R.; OLIVER, C.; SAHLIN, K.; SUDDABY, R. **Sage handbook of organizational institutionalism**. London, UK. 2008.

GRI, G4. **Diretrizes para relato de sustentabilidade: Princípios para o relato e conteúdo padrão**. Global Reporting Initiative™. Amsterdam, 2013.

GUNNARSSON, C. What is new and what is institutional in the new institutional economics? An essay on old and new institutionalism and the role of the state in developing countries. **Scandinavian Economic History Review**, v. 39, n. 1, p. 43-67, 1991.

HUANG, S. K. The Impact of CEO Characteristics on Corporate Sustainable Development. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v.20, n.4, p.234-244, 2013.

IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. What drives corporate social performance? The role of nation-level institutions. **Journal of International Business Studies**, v. 43, n. 9, p. 834-864, 2012.

JAMALI, D. The case for strategic corporate social responsibility in developing countries. **Business and Society Review**, v. 112, n. 1, p. 1-27, 2007.

_____; MIRSHAK, R.. Corporate social responsibility (CSR): theory and practice in a developing country context. **Journal of Business Ethics**, v. 72, n. 3, p. 243-262, 2007.

_____; NEVILLE, B. Convergence versus divergence of CSR in developing countries: An embedded multi-layered institutional lens. **Journal of Business Ethics**, v. 102, n. 4, p. 599-621, 2011.

JONES, T. M. Instrumental stakeholder theory: A synthesis of ethics and economics.

Academy of Management Review, v. 20, n. 2, p. 404-437, 1995.

LI, S.; FETSCHERIN M.; ALON I.; LATTEMANN C.; YEH K. Corporate social responsibility in emerging markets: the importance of the governance environment. **MIR: Management International Review: Journal of International Business**, v.50, n. 5, p. 635 – 654, 2010.

MAIGNAN, I. RALSTON, D. A. Corporate social responsibility in Europe and the U.S.: insights from businesses' self-presentations. **Journal of International Business Studies**, v. 33, p. 497-514.

MARCH, J.; OLSEN, J.; **Rediscovering institutions: The organizational basis of politics**. New York: The free press, 1989.

MARGOLIS, J. D.; WALSH, J. P. Misery loves companies: rethinking social initiatives by business. **Administrative Science Quarterly**, v. 48, p. 268-305, 2003.

MATTEN, D.; MOON, J.. “Implicit” and “ explicit” CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 33, n. 2, p. 404-424, 2008.

MENG, X. H.; ZENG, S.X.; SHI, J.J; QI, G.Y.; ZHANG, Z.B. The relationship between corporate environmental performance and environmental disclosure: An empirical study in China. **Journal of Environmental Management**, v. 145, n. 1, p. 357-367, 2014.

MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, set, 1977.

MICHELON, G.; PILONATO, S.; RICCERI, F.. **CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis**. Critical Perspectives on Accounting, 2018. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235414001051>>. Acesso em: 09/05/2018.

MONEVA, J.; ARCHEL, P.; CORREA, C. GRI and the camouflaging of corporate un sustainability. In: **Accounting Forum**. Elsevier, p. 121-137, 2006.

NOBES, C.. Towards a general model of the reasons for international differences in financial reporting. **Abacus**, v. 34, n. 2, p. 162–187, 1998.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University, 1990.

OLIVEIRA, J. A. P.. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2ed, 2013.

PINHEIRO, A.B.; SOARES, R.A.; ABREU, M.C.S.; MARINO, P.B.L.P.. **Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos**. XIX SEMEAD, São Paulo, 2016.

QUINELLO, R.. **A teoria institucional aplicada à administração**. São Paulo: Novatec, 2007.

ROBERTS, R. W. Determinants of corporate social responsibility disclosure: an application of stakeholder theory. **Accounting, Organizations and Society**, v. 17, n. 6, p. 595-612, 1992.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B.. Corporate social responsibility a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, v. 13, n. 4, p. 503-530, 2003.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1995.

SCOTT, W. R. **Institutions and organizations: ideas and interests**. Estados Unidos: Sage Publications, 3ed, 2008.

SCOTT, W. R.. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 32 , n. 4, p. 493-511, dez , 1987.

SMITH, K. T.; ALEXANDER, J. J. Which CSR-related headings do Fortune 500 companies use on their websites? **Business Communication Quarterly**, v. 76, n. 2, p. 155-171, 2013.

SOARES, R.A.; PINHEIRO, A.B.; ABREU, M.C.S.; MARINO, P.B.L.P. Efeito do Sistema Financeiro na Evidenciação Socioambiental de Empresas em Países Emergentes e Desenvolvidos. **Enfoque Reflexão Contábil**, v.37, n.2, p.21-35, 2018.

TANG, L., LI, H. Corporate social responsibility in the context of globalization: An analysis of CSR self-presentation of Chinese and global corporations in China. **Public Relations Review**, 35, 199-212. 2009.

TEMPEL, A.; WALGENBACH, P. Global standardization of organizational forms and management practices? What new institutionalism and the business-systems approach can learn from each other. **Journal of Management Studies**, v.44, n.1, p.1-24, 2007.

TEOH, H.; THONG, G. Another look at corporate social responsibility and reporting: an empirical study in a developing country. **Accounting, Organizations and Society**, v. 9, n. 2, p. 189-206, 1984.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G.. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo, v.1, p. 196-219, 1998.

WALLER, D. S.; LANIS, R. Corporate social responsibility (CSR) disclosure of advertising agencies: an exploratory analysis of six holding companies' annual reports. **Journal of Advertising**, v. 38, n. 1, p. 109-122, 2009.

WANDERLEY, L. et al. CSR information disclosure on the web: a context-based approach analyzing the influence of country of origin and industry sector. **Journal of Business Ethics**, v. 82, n. 2, p. 369-378, 2008.

WARTICK, S. L.; COCHRAN, P. L.. The evolution of the corporate social performance model. **The Academy of Management Review**, v.10, n. 4, p. 758-769, out, 1985.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**, v. 16, p. 691-718, 1991.

YANG, H. H.; GRAIG, R.; FARLEY, A.. A review of Chinese and English language studies on corporate environmental reporting in China. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 28, p. 30-48, 2015.